



2.ª Edição, número 1, março de 2021



## EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ADS)



## COMEMORAÇÕES

### **Dia Mundial da Educação Ambiental: A importância de cuidarmos do AMBIENTE**



Imagem com DR

**O Dia Mundial da Educação Ambiental comemora-se anualmente a 26 de janeiro, desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente em Estocolmo, na Suécia, em 1972.**

O Dia Mundial da Educação Ambiental pretende sensibilizar, alertar e consciencializar para o contributo que podemos imputar na construção de um futuro mais sustentável, salientando-se também o papel fundamental

que a educação pode desempenhar no processo de incorporação e mudança de comportamentos ao nível ambiental.

A Educação Ambiental tem como objetivo incentivar as várias gerações de cidadãos a conhecer o conceito de sustentabilidade e, as suas implicações, associado a uma responsabilidade intergeracional.

Estimula, além disso, a reflexão sobre as causas das alterações climáticas, a proteção da biodiversidade e a importância da proteção do território e da preservação e conservação da paisagem.

## **"Valorizar a água" - UGT associa-se à Campanha das Nações Unidas**



O Dia Mundial da Água é celebrado anualmente desde 1993 pelas Nações Unidas. O tema escolhido para este ano foi o “**Valorizar a Água**”. Com isto pretende-se alertar para as consequências negativas do crescimento populacional, do consumo excessivo na agricultura e na indústria e das alterações climáticas na preservação da água.

Para assinalar a data, realiza-se a campanha "**H2Off – Hora de fechar a torneira**". A Campanha pretende mobilizar as pessoas a não abrirem as torneiras das 22 às 23 horas, de forma a tomarem consciência da importância deste bem.

Sendo a água um bem vital e insubstituível e o seu reaproveitamento responsável um imperativo, a UGT associa-se a esta campanha das Nações Unidas e diz presente ao combate que é e deve ser de todos.

UGT - Departamento ADS

## **PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS**

### **Participação da UGT na 2.ª reunião extraordinária do CNADS de 2021**

No passado dia 1 de março decorreu a 2.ª reunião do CNADS na qual esteve presente a Secretária Executiva Vanda Cruz em representação da UGT. Nesta reunião marcou presença, na qualidade de convidado o Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática - Dr. João Pedro Matos Fernandes - que apresentou o Plano de Recuperação e Resiliência, no que se refere às matérias e componentes que estão sob a sua tutela.

Houve oportunidade para os Conselheiros do CNADS colocarem questões diretamente ao Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, tendo a UGT participado ativamente neste debate.

Foram solicitadas propostas aos Conselheiros do CNADS, tendo a UGT elaborado um contributo que seguidamente se divulga.

## EM DESTAQUE

### **Contributo da UGT para o Plano de Recuperação e Resiliência (ADS)**

Na dimensão de Transição Climática foram consideradas 5 Componentes com intervenção em áreas estratégicas, como sejam, a mobilidade sustentável, a descarbonização da indústria, a Bioeconomia sustentável, a eficiência energética em edifícios e as energias renováveis. Esta dimensão concentra 21% do montante alocado a Portugal no âmbito do Instrumento de Recuperação e Resiliência. Nestas Componentes serão adotadas 8 ações de reforma e implementados 14 investimentos.

No Roteiro para a Neutralidade Carbónica, Portugal estabelece como objetivo para 2050 uma redução de emissões superior a 85%, em relação às emissões de 2005. Entre os vetores de descarbonização identificados, destaca-se "Promover a descarbonização no setor residencial, privilegiando a reabilitação urbana e o aumento da eficiência energética nos edifícios, fomentando uma progressiva eletrificação do setor e o uso de equipamentos mais eficientes, e combatendo a pobreza energética".

#### **Considerando que:**

Os setores doméstico e de serviços, e o parque de edifícios associado, são responsáveis por mais de 30% da energia final consumida, o que se traduz em emissões de gases com efeito de estufa (GEE) bastante significativas face ao total nacional

O setor dos transportes é essencial ao desenvolvimento económico e à coesão social, mas é um dos principais responsáveis pelo consumo de energia primária e uma das principais fontes de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), representando 24% do total das emissões nacionais em 2015, com uma redução de 40% das suas emissões em relação a 2005, e a incorporação de uma quota de 20% de energia renovável no consumo final de energia no setor dos transportes, contribuindo de forma significativa para a redução dos consumos de energia.

Nas vertentes contempladas é reforçada a necessidade da colmatação das lacunas registadas na formação e na qualificação profissional no domínio do desempenho de edifícios em matéria de eficiência energética e de recursos, como o reforço e desenvolvimento dos conteúdos curriculares e projetos de educação, de forma a alinhar a oferta na área com os objetivos de promoção da eficiência energética e descarbonização dos edifícios abrangidos.

Assim como impacta diretamente na vida dos cidadãos em geral e dos trabalhadores em particular o aumento do conforto térmico por via da eficiência energética dos edifícios proporcionando uma melhoria dos níveis de conforto e qualidade do ar interior, dado que, à melhoria do desempenho energético e do conforto interior dos edifícios, está

diretamente associado a melhoria dos níveis de conforto e qualidade do ar; benefício para a saúde, considerando que a melhoria do conforto interno dos edifícios impacta diretamente na saúde dos seus ocupantes; a promoção da produtividade laboral, que decorre do aumento do conforto interno dos edifícios e da mitigação de situações de doença dos ocupantes.

Da análise feita aos investimentos na eficiência energética em edifícios residenciais, em edifícios da administração pública central, e instituições de ensino (de todos os níveis, incluindo o superior) e a eficiência energética em edifícios de serviços, parece-nos importante clarificar se os 1.º e 2º ciclos de ensino estão abrangidos, neste pacote de investimento por via do Fundo Ambiental, uma vez que são as autarquias locais que têm legalmente a responsabilidade sobre o edificado destes níveis de ensino.

E, de que forma, se pode incrementar a ajuda à população que não tendo direito à tarifa social de energia, não tem rendimentos que lhes permitam requalificar a habitação para maior conforto térmico e poupança de energia. Portugal é um dos países cuja fatura da eletricidade para o consumidor final é elevadíssima.

Relativamente ao Hidrogénio e renováveis a promoção do crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial, parece-nos importante que os trabalhadores tenham o reforço de qualificações necessárias relativamente às novas formas de criação de energia, hidrogénio, e que aumente a empregabilidade nas energias renováveis.

A UGT relativamente às questões relacionadas com transição climática, e, de acordo com os compromissos assumidos quer a nível internacional quer a nível nacional, tem defendido que os trabalhadores têm de ser envolvidos.

As novas oportunidades de emprego que resultarão deste Plano de Recuperação e Resiliência, têm de ter uma forte aposta na formação, qualificação e requalificação de trabalhadores que integrarão essas novas oportunidades de trabalho, para além da aposta na formação de jovens nestas áreas.

As verbas alocadas diferentes reformas contemplam a requalificação dos trabalhadores na transição climática? Ou esta verba é destinada às empresas, ficando a requalificação destes trabalhadores alocada à componente 5: Qualificações e competências?

Para que o país tenha um desenvolvimento económico sustentável o reforço da capacitação dos trabalhadores é fundamental para cumprir este desiderato.

Os trabalhadores são o maior ativo das empresas e dos serviços públicos.

**5 de março 2021**

**Análise da UGT do Plano de Recuperação e Resiliência  
(ADS)**

**Resolução do Secretariado Nacional**



## **Dimensão Transição Climática**

Os setores doméstico e de serviços, e o parque de edifícios associado, são responsáveis por mais de 30% da energia final consumida, o que se traduz em emissões de gases com efeito de estufa (GEE) bastante significativas face ao total nacional.

O setor dos transportes é essencial ao desenvolvimento económico e à coesão social, mas é um dos principais responsáveis pelo consumo de energia primária e uma das principais fontes de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), representando 24% do total das emissões nacionais em 2015.

Nesse sentido, pretende-se que o setor dos transportes e mobilidade alcancem uma redução de 40% das suas emissões, em relação a 2005, e a incorporação de uma quota de 20% de energia renovável no consumo final de energia no setor dos transportes, contribuindo de forma significativa para a redução dos consumos de energia.

O país tem vindo a prosseguir um caminho de descarbonização que deve ser acentuado na próxima década. Com efeito, Portugal reduziu, até 2019, as emissões de gases com efeito de estufa em 26%, em relação a 2005, atingiu 30,7% de energia de fonte renovável no consumo final de energia e uma redução no consumo de energia primária de 23% em 2018.

As emissões da indústria representaram em 2018 cerca de 22% das emissões nacionais, enquanto a produção de energia foi responsável por 27%. Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos, em Portugal, a intensidade energética da economia em energia primária ainda se encontra cerca de 10 p.p. acima da média da UE-28.

Da análise feita aos investimentos na eficiência energética em edifícios residenciais, em edifícios da administração pública central, e instituições de ensino (de todos os níveis, incluindo o superior) e a eficiência energética em edifícios de serviços, parece-nos importante clarificar se os 1.º e 2.º ciclos de ensino estão abrangidos, neste pacote de investimento por via do Fundo Ambiental, uma vez que são as autarquias locais que têm legalmente a responsabilidade sobre o edificado destes níveis de ensino.

Relativamente ao Hidrogénio e renováveis a promoção do crescimento económico e o emprego por via do desenvolvimento de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o surgimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial, parece-nos importante que os trabalhadores tenham o reforço de qualificações necessárias relativamente às novas formas de criação de energia, hidrogénio, e que aumente a empregabilidade nas energias renováveis.

A UGT relativamente às questões relacionadas com transição climática, e, de acordo com os compromissos assumidos quer a nível internacional quer a nível nacional, tem defendido que os trabalhadores têm de ser envolvidos.

As novas oportunidades de emprego que resultarão deste Plano de Recuperação e Resiliência, têm de ter uma forte aposta na formação, qualificação e requalificação de trabalhadores que integrarão essas novas oportunidades de trabalho, para além da aposta na formação de jovens nestas áreas.

Para que o país tenha um desenvolvimento económico sustentável o reforço da capacitação dos trabalhadores é fundamental para cumprir este desidrato. Os trabalhadores são o maior ativo das empresas e dos serviços públicos.

### **Nota final: Modelo de Governação**

De acordo com a redação inscrita no documento, quanto à composição da Comissão Nacional de Acompanhamento, onde é feita referência à integração de um conjunto alargado de entidades do setor empresarial, da ciência e conhecimento, da área social e cooperativa e dos territórios, excluindo a representação dos trabalhadores, afigura-se-nos desadequado, pois, a representação dos trabalhadores parece-nos fundamental tendo em conta a criação de emprego, formação, qualificação e requalificação de trabalhadores nas diversas medidas preconizadas.

**23 fevereiro 2021**

## **DESTAQUE INTERNACIONAL**

### **Relatório da ONU defende ajustes para reduzir custos e danos causados por mudança climática**



[O Relatório do Programa da ONU para o Meio Ambiente - Pnuma](#) - recomenda aos países intensificar ações de prevenção e mitigação priorizando soluções baseadas na natureza; financiamento cresce, mas custo dos projetos aumenta mais rapidamente; investimentos verdes são uma boa decisão económica.

Um novo relatório da Agência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, **Pnuma**, afirma que os países devem aumentar, com urgência, as suas ações para se adaptarem à mudança climática ou enfrentarão sérios custos, danos e perdas desta nova realidade.

Adaptação é um pilar fundamental do Acordo de Paris sobre o tema, que pugna por planos nacionais, sistemas de informação, alerta precoce, medidas de proteção e investimentos num futuro menos poluente.

### **Diferença**

O Relatório de Lacunas de Adaptação do Pnuma destaca um desfaseamento significativo enormes no financiamento dos países em desenvolvimento.

Também aponta atrasos em projetos que podem fazer a diferença na proteção contra eventos como secas, enchentes e aumento do nível do mar.

O documento recomenda o aumento urgente do financiamento público e privado além de uma implementação mais rápida que priorize soluções baseadas na natureza.

A diretora executiva do Pnuma, Inger Andersen, as mudanças climáticas “se intensificarão e atingirão os países e comunidades vulneráveis com mais força, mesmo cumprindo as metas do Acordo de Paris.”

## **Financiamento**

Andersen destacou o apelo do secretário-geral para que metade de todo o financiamento climático global tenha como destino a adaptação no próximo ano.

Segundo ela, isso pode avançar desde sistemas de alerta precoce a recursos hídricos resilientes e soluções baseadas na natureza.

O relatório afirma que 72% dos países adotaram pelo menos um instrumento de planejamento de adaptação em nível nacional. A maioria das nações em desenvolvimento prepara Planos Nacionais de Adaptação, mas o financiamento desses planos é insuficiente. Apesar do aumento no ritmo do financiamento, os custos se multiplicam mais rápido.

Nesse momento, os países em desenvolvimento precisariam de US\$ 70 bilhões, mas esta quantia pode dobrar ou mais que quadruplicar até 2030. Já para 2050, esses mesmos custos poderiam atingir 500 bilhões.

## **Sinais de esperança**

Mas o relatório do Pnuma também sinaliza algumas esperanças. O Fundo Climático Verde, por exemplo, alocou 40% de sua carteira total para adaptação e atrai, cada vez mais, investimentos do setor privado.

Desde 2006, cerca de 400 projetos foram financiados por fundos multilaterais em países em desenvolvimento. Desde 2017, eles mais que duplicaram em valor ultrapassando a casa de US\$ 25 milhões.

Dentre as 1,7 mil iniciativas pesquisadas, apenas 3% representavam reduções reais dos riscos para as comunidades onde estavam inseridas.

## **Natureza**

O relatório destaca ainda a urgência de soluções baseadas na natureza por serem opções de baixo custo, restaurarem e protegerem a biodiversidade com benefícios para comunidades e economias.

Uma análise dos quatro principais fundos de clima e desenvolvimento concluiu que esse apoio aumentou nas últimas duas décadas.

A redução das emissões de gases de efeito estufa diminuirá os impactos e custos associados às mudanças climáticas. Alcançar a meta de 2° C do Acordo de Paris pode limitar as perdas no crescimento anual em até 1,6%.

Embora se espere que a pandemia Covid-19 atinja a capacidade dos países de se adaptarem às mudanças climáticas, o relatório afirma que investir na adaptação é uma boa decisão econômica.

Fonte: ONU

[Aceda ao conteúdo Aqui.](#)

# **Conteúdos de referência Internacional OIT**



# Economias, Empresas e Empregos Verdes



imagem com DR

## **O papel das organizações de empregadores na promoção de economias e empresas ambientalmente sustentáveis**

Este guia proporciona uma visão geral do atual debate sobre desenvolvimento sustentável, os principais desafios ambientais e as suas implicações para as empresas, a ecologização de empresas e locais de trabalho e o papel que as empresas e as organizações de empregadores podem desempenhar no *lobby* e no desenvolvimento de serviços no domínio do ambiente.

Num mundo afetado pelo impacto das alterações climáticas e pela utilização insustentável dos recursos naturais, continuar a fazer negócios como se fazia deixou de ser uma opção. A principal preocupação é como conciliar o crescimento empresarial a longo prazo com um desenvolvimento económico sólido, um ambiente saudável e a inclusão social.

A sustentabilidade tornou-se, assim, uma preocupação dominante para as empresas, que têm de assumir a liderança na condução de uma mudança sustentável. As empresas estão na vanguarda do fornecimento de produtos, processos, tecnologias, serviços e soluções económica e ambientalmente viáveis, necessários na transição para uma economia mais verde e o desenvolvimento sustentável.

O enfoque global no desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental e a transição para economias mais verdes tem grandes implicações para as empresas e as organizações de empregadores.

Para poder desempenhar um papel eficaz na promoção de economias e empresas ambientalmente sustentáveis e atender às necessidades dos seus membros, muitas empresas e organizações de empregadores nacionais, particularmente no mundo em desenvolvimento, necessitam, em primeiro lugar, de ter um melhor conhecimento destas questões, para responder aos aspetos políticos e técnicos da transição.

Como voz das empresas, as organizações de empregadores e as organizações empresariais necessitam de informações, ferramentas e boas práticas para se tornarem defensores eficazes dos seus membros nos diálogos políticos nacionais e desenvolver estratégias para minimizar os riscos e identificar oportunidades para as suas próprias organizações e membros.

Isto inclui aconselhamento e orientação na identificação de novas oportunidades de negócio e mercados verdes, melhorando a eficiência dos recursos e reduzindo o desperdício, conduzindo assim a poupanças diretas nos custos e a uma maior produtividade.

Fonte: site OIT

Aceda ao Guia [Aqui](#).

## Trabalhar num planeta mais quente: O impacto do stress térmico na produtividade do trabalho e no trabalho decente

O fenómeno do *stress* térmico refere-se ao excesso de calor recebido que o corpo pode tolerar sem comprometer as funções fisiológicas. O *stress* térmico afeta, especialmente, as pessoas que trabalham ao ar livre, como as que se dedicam à agricultura e à construção em estaleiros.

O stress térmico está a tornar-se cada vez mais um obstáculo à atividade económica. Reduz a capacidade de as empresas operarem durante as horas mais quentes. A adaptação a estas novas e ameaçadoras condições é dispendioso.

Mesmo que se revele possível limitar o aquecimento global até ao final do século para 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, as perdas financeiras acumuladas devido ao stress deverão atingir os 2.400 mil milhões de dólares americanos até 2030.

Se nada for feito agora para mitigar as alterações climáticas, estes custos serão muito mais elevados à medida que as temperaturas globais aumentarem ainda mais até ao final do século.

Aceda ao Guia [Aqui](#).

## ONU: Investimentos para adaptação climática devem integrar recuperação da Covid-19



Imagem com DR

O Secretário-geral da ONU, António Guterres, participou da Cúpula de Adaptação do Clima e pediu compromissos de mitigação e neutralidade em carbono antes da realização da **Conferência sobre Mudança**

**Climática**, COP-26, marcada para Glasgow, na Escócia, neste fim de ano.

O Secretário-geral da ONU afirmou na Cúpula de Adaptação do Clima que a pandemia da Covid-19 ensinou ao mundo que não é mais possível ignorar riscos conhecidos.

## **Razão**

Para Guterres, a ciência não pode ser mais clara relativamente à emergência do clima. Ele citou os eventos climáticos sem precedentes que afetam todos os continentes.

O chefe da ONU cita a Organização Meteorológica Mundial, OMM, que nos últimos 50 anos registrou mais de 11 mil desastres naturais. Os danos causados ultrapassaram a marca de US\$ 3,6 trilhões.

A agência afirma que, na última década, mais de 410 mil pessoas morreram, a maioria em países em desenvolvimento de rendimento médio.

Para Guterres, esta é razão pela qual se deve avançar com adaptação do clima e resiliência.

Segundo ele, é preciso incluir políticas de baixo carbono e alta resiliência nos planos de recuperação da Covid-19. E esta não pode ser uma ação somente para os países desenvolvidos.

## **Economias**

O Secretário-geral da ONU explica que estes países não têm os recursos necessários para relançar as suas economias de forma inclusiva e sustentável.

António Guterres sublinha cinco prioridades para garantir a adaptação e resiliência.

## **COP-26**

Sugere que a metade de todo o financiamento, de responsabilidade dos países desenvolvidos e bancos multilaterais, seja alocada à adaptação e resiliência em nações em desenvolvimento. Guterres afirma que este é um trabalho que não pode ser negligenciado.

Pediu um compromisso até a realização da COP-26, a Conferência sobre Mudança Climática, marcada para Glasgow, no fim deste ano.

O Secretário-geral reiterou que os países desenvolvidos têm de cumprir os compromissos assumidos no Acordo de Paris de mobilizar US\$ 100 bilhões, por ano, para mitigar a mudança climática em países em desenvolvimento. Um esforço que deve partir dos setores público e privado.

Em segundo lugar, Guterres lembra que todas as decisões sobre provisões de orçamento e investimento têm de ser resilientes ao clima. O risco ambiental tem de ser uma cláusula em cada processo de licitação especialmente para infraestrutura.

## **Sistema de alerta**

Como 3ª ponto, ressalta a necessidade de serem aumentados os instrumentos financeiros contra grandes desastres.

Em quarto lugar, Guterres defende que o acesso ao financiamento deve ser facilitado principalmente para os mais vulneráveis, que também precisam de alívio da dívida externa. Ele lembrou que os países menos desenvolvidos do mundo estão na linha de frente do risco de desastres naturais.

E por último, António Guterres afirma que é preciso apoiar iniciativas regionais de resiliência e adaptação. Este apoio é uma obrigação moral, social e económica.

Atualmente, uma em cada três pessoas não dispõe de um sistema de alerta sobre riscos. Um estudo da Comissão Global de Adaptação revela que um alerta de 24 horas sobre uma tempestade ou onda de calor pode ajudar a reduzir os prejuízos em 30%.

Fonte: [ONU News](#) - Perspectiva Global

## **Secretário-geral da ONU elogia decisão dos Estados Unidos de retornar ao Acordo de Paris**



Imagem com DR

**Medida contra mudança climática foi uma das primeiras anunciadas pelo novo presidente do país, Joe Biden, que tomou posse como líder do país.**

António Guterres afirmou que pretende cooperar com Biden e outros líderes internacionais para superar a emergência climática.

O Secretário-geral da ONU, António Guterres, saudou recentemente a decisão do novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de voltar como Estado-parte ao Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas.

O tratado foi assinado em 2015 com a participação americana, cancelada após a decisão do ex-presidente Donald Trump de abandonar o Acordo.

### **Esforços**

Em nota, Guterres elogiou o passo dado por Biden de “se juntar à coalizão crescente de governos, cidades, estados, empresas e indivíduos que tomam ações para enfrentar a crise climática.”



Em nota, emitida pelo seu porta-voz, Guterres lembra a Cúpula da Ambição do Clima, em setembro passado, quando os países produtores da metade das emissões globais de dióxido de carbono, CO<sub>2</sub>, se comprometeram com a neutralidade de carbono.

Para o Secretário-geral, “o compromisso de hoje do presidente Biden eleva esse número para dois terços, mas ainda há um longo caminho a percorrer.”

Guterres afirma que “a crise climática continua a piorar e o tempo está a esgotar-se para limitar o aumento da temperatura a 1,5° C e construir sociedades mais resistentes ao clima que ajudem a proteger os mais vulneráveis.”

## Cooperação

Após a troca de governo em Washington, Guterres conta com “a liderança dos Estados Unidos para acelerar os esforços globais rumo às emissões neutras”, por meio de uma nova contribuição nacional com metas ambiciosas para 2030 e financiamento climático antes da COP-26, a Conferência sobre Mudança Climática, marcada para Glasgow, na Escócia, para este fim de ano.

Guterres reiterou que está empenhado em trabalhar de perto com o presidente Joe Biden e outros líderes internacionais para superar a emergência climática e recuperar melhor o mundo da Covid-19.

Fonte: [ONU News](#) - Perspectiva Global

## ETUI

### Para uma transição climática industrial justa e eficaz

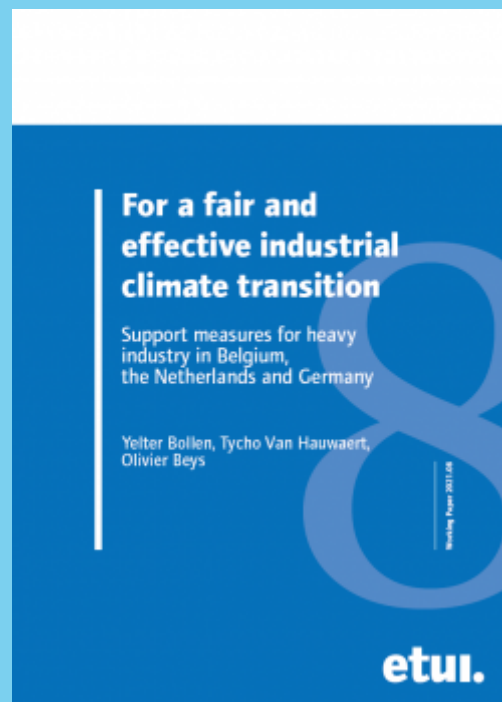


Imagem com DR

A base industrial da Europa precisa passar por uma transformação rápida e persistente em direção à neutralidade e à circularidade de carbono, mas essa transição deve acontecer de forma justa e socialmente justa.

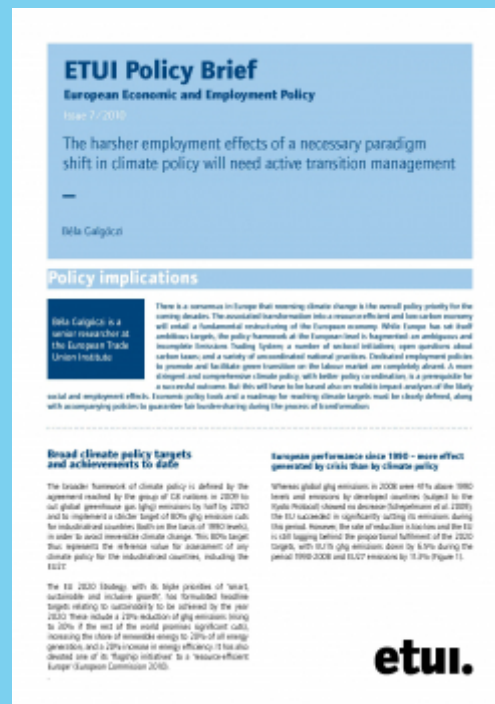
Neste trabalho, são avaliados os mecanismos de apoio à indústria que foram colocados em prática nos últimos 20 anos, comparando a conjuntura nos Países Baixos, na Alemanha e na Bélgica.

Também são comparados os recentes desenvolvimentos nos quadros da política industrial desses países, considerando as alavancas da política europeia e doméstica.

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

[Saiba mais Aqui](#)

## Os efeitos mais severos no emprego derivados de uma mudança de paradigma na política climática



Há um consenso na Europa de que reverter as mudanças climáticas é a prioridade política global para as próximas décadas. No entanto, embora a Europa tenha estabelecido metas ambiciosas, o quadro político a nível europeu é fragmentado, ambíguo, incompleto e desordenado.

Um documento de reflexão da ETUI, elaborado pela pesquisadora Béla Galgóczi, considera as implicações dessa contradição em relação ao eufemismo dos impactos do emprego das políticas necessárias de mudança climática.

[Saiba mais Aqui.](#)

## Nova esperança do outro lado do Atlântico

# Towards a new socio-ecological contract

ETUI-ETUC  
Conference  
3–5 February  
2021

Imagem com DR

A tomada de posse de Joe Biden como novo Presidente americano deu ao mundo motivos para esperar que os EUA voltem a juntar-se ao esforço global para combater as alterações climáticas.

E, de facto, nos seus primeiros dias de mandato, foram aprovadas uma série de medidas que trazem as preocupações climáticas de volta à agenda política dos EUA.

Entre outras medidas, o governo Biden quer rever todas as perfurações de petróleo e gás em terras federais, acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis e transformar a frota de carros e caminhões do governo em veículos elétricos. Foi também nomeado John Kerry como responsável das medidas para o clima.

Kerry já anunciou a sua ambição de estabelecer uma meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa dos EUA até 2030 ao abrigo do Acordo de Paris e de acolher uma cimeira internacional sobre o clima na primavera.

Mais importante ainda, o novo discurso que estamos a ouvir do outro lado do Atlântico contraria diretamente a "falsa narrativa" pregada por Trump de que a ação climática é implementada à custa de empregos e trabalhadores. Pelo contrário, a nova administração defende, com razão, que a luta contra as alterações climáticas deve e pode levar à criação de "empregos bem remunerados", remediando assim também o problema do desemprego motivado pela pandemia.

Não é surpreendente que, com tal agenda, os sindicatos dos EUA estejam muito interessados em trabalhar com a nova administração.

Capacitar os trabalhadores. Construir uma economia sustentável e uma democracia mais forte para as gerações vindouras. A integração destas três dimensões da sustentabilidade – económica, social e ambiental – é também o tema conferência conjunta [ETUI-CES "Rumo a um novo contrato socioeconómico"](#), com a qual se pretendeu proporcionar uma plataforma aberta para sindicatos, partes interessadas institucionais, atores políticos e académicos discutirem os desafios, problemas e riscos que temos de enfrentar para estabelecer um novo paradigma de sustentabilidade.

Nota: os resumos desta Conferência ainda não se encontram disponíveis no site da ETUI.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Versão Original Aqui.](#)

## REFLEXÃO ETUI:

### O que dizem os Parceiros Sociais sobre o Pacto Ecológico Europeu?

Na sua posição institucional sobre o **Pacto Ecológico Europeu**, a CES salientou a necessidade urgente de políticas climáticas ambiciosas que sejam inclusivas e apoiem as regiões, os setores e os trabalhadores mais vulneráveis.

O documento político salientou que é necessária uma estratégia concreta de transição justa que corresponda às ambições da política climática.

[Na sua declaração anterior à proposta da Comissão relativa à nova estratégia industrial](#), a CES salientou que, a fim de enfrentar os desafios climáticos e digitais futuros, o conceito de transição justa deve ser central para a futura estratégia industrial.

De acordo com a CES, o principal objetivo deve ser a criação de emprego na UE, reduzindo simultaneamente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e apoiando os trabalhadores, o setor público e as empresas na transição para um mundo digital.

As políticas relativas às regiões, setores e trabalhadores mais afetados pelas transições devem garantir que ninguém fica para trás. O documento apela também à criação de um mecanismo de ajustamento do carbono nas fronteiras para proteger os postos de trabalho e a indústria europeus da concorrência desleal ou da fuga de carbono.

Sobre as metas de emissões de gases com efeito de estufa: a CES apoia a revisão em alta do objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2030 de 40 para 55 % (em comparação com os níveis de 1990), bem como o objetivo a mais longo prazo de alcançar emissões líquidas nulas de gases com efeito de estufa até 2050.

A fim de dispor de financiamento suficiente para combater as alterações climáticas, a CES insta o Conselho da UE a aumentar o orçamento da UE para 1,3% do rendimento nacional bruto (RNB) e a desenvolver planos para um sistema fiscal mais justo.

[A IndustriAll](#) salienta que, para garantir o apoio dos trabalhadores da indústria ao Pacto Ecológico Europeu, a sua dimensão social deve ser desenvolvida. A união industrial europeia adverte que o aumento do preço do carbono no âmbito do RCLE-UE pode não ser a bala de prata que desencadeará a mudança transformadora esperada, em parte porque negligenciaria as especificidades dos diferentes setores industriais no que diz respeito à prontidão tecnológica e ao custo das opções hipocarbónicas.

As disparidades regionais representam outro risco para o Green Deal.

Embora a [União Europeia do Serviço Público](#) (EPSU) apoie o objetivo de neutralidade climática até 2050 e uma meta ambiciosa de redução de 55 % dos gases com efeito de estufa até 2030, salienta que o Pacto Ecológico Europeu deve afastar-se das soluções baseadas no mercado.

Formulou igualmente exigências fundamentais, como um aumento significativo do investimento público, a promoção da propriedade pública dos serviços de utilidade pública, uma estratégia ambiciosa de transição justa e o acesso universal e a preços acessíveis a serviços básicos e bens comuns.



A maior estrutura sindical industrial da Europa, o sindicato [alemão IG Metall](#), manifesta o seu apoio ao objetivo da neutralidade climática, mas sublinha que as metas devem ser concretas e exequíveis. A IG Metall não apoiará uma transformação disruptiva, cujos elementos centrais sejam construídos às custas dos trabalhadores.

A indústria automóvel é uma parte fundamental da economia e os objetivos europeus em matéria de emissões só recentemente foram aumentados; será uma tarefa heróica e, embora factível, precisa de tempo.

[VERSÃO ORIGINAL AQUI.](#)

## **NOTÍCIAS NACIONAIS**

### **Comunicado Fundo Ambiental**

12 de março de 2021

#### **Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis (PAE+S)**

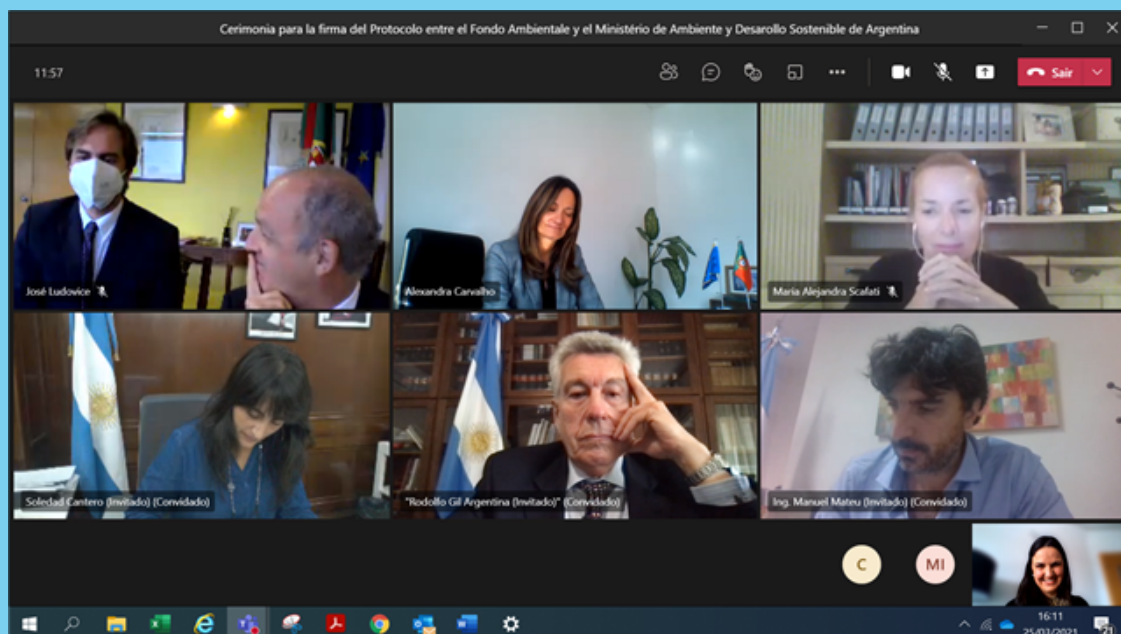
O Fundo Ambiental informa que o processo de avaliação das candidaturas submetidas ao Programa de Apoio aos Edifícios Mais Sustentáveis até 31 de dezembro de 2020, está a decorrer e que as candidaturas a este Programa estão encerradas. Encontra-se disponível para consulta um ponto de situação, atualizado quinzenalmente, do processo de avaliação das candidaturas submetidas a este Programa que pode consultar [aqui](#).

Paralelamente, o Fundo Ambiental está a preparar a fase II do PAE+S (PAE+S2021). Ainda não é possível a submissão de candidaturas a este novo Programa.

Após a publicação do regulamento em Diário da República, o Fundo Ambiental disponibilizará o regulamento publicado e restante informação sobre a fase II do PAE+S (PAE+S2021) na página dedicada, a que pode aceder [aqui](#).

Fonte: site Fundo Ambiental

### **Portugal e Argentina dão passo em frente na cooperação em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável**



Um ano após a assinatura do **Memorando de Entendimento em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** entre o Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável da República Argentina e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República portuguesa, os dois países dão um passo firme na concretização desta cooperação.

Na sequência de solicitação do Governo Argentino, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, através do Fundo Ambiental, apoiará o desenvolvimento de dois projetos a desenvolver em 2021, naquele país. Estes projetos enquadram-se no domínio da economia circular, gestão de resíduos e educação ambiental e têm como fim último o combate às alterações climáticas.

O primeiro apoiará a criação de uma Plataforma de monitorização de gestão de resíduos, ferramenta existente em Portugal e que será agora desenvolvida e adaptada à realidade local.

O segundo, incide prevê atividades no âmbito da temática do combate ao Lixo Marinho e à sensibilização ambiental das comunidades costeiras, particularmente os pescadores.

Estes projetos decorrem da Visita efetuada pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática a Buenos Aires em fevereiro de 2020, onde lhe foi possível ver no terreno a realidade da Argentina em matéria de gestão de resíduos, bem como de participar em ações de recolha de lixo marinho, juntamente com associações locais.

Num país em que se estima que apenas 20% dos resíduos são recuperados ou reciclados, a produção de dados e o conhecimento da realidade assume uma particular relevância par apoiar decisões estratégicas para o país.

Num momento particularmente relevante, em que Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia e a Argentina a Presidência do Mercosul e num ano de celebrações do bicentenário da República Argentina, não esquecendo que foi Portugal o primeiro país a reconhecer a independência da Argentina, a assinatura do Protocolo de financiamento entre o Fundo Ambiental e o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Argentina marca o início de uma nova

etapa da cooperação ambiental com este país, que se espera venha a trazer resultados concretos para a melhoria das condições de vida das populações.


Fonte: Conteúdo retirado do site Fundo Ambiental



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by  
mari

 [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

